





REGIMENTOS, E PAUTAS DO QUE SE DEVE PAGAR

Em as Cazas

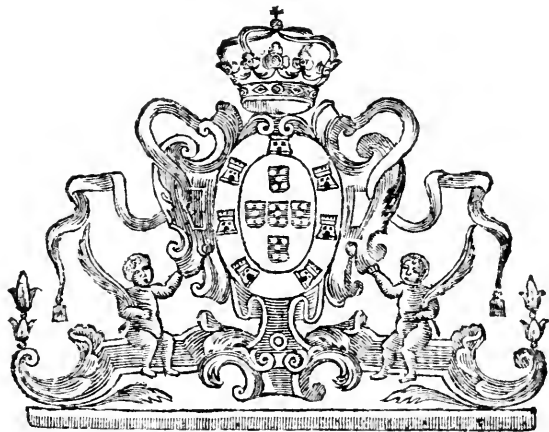
DO MARCO, VARIAGEM, E VEROPEZO,

E alguns Acordãos da Relação, do Juizo dos Feitos da Fazenda,
porque se determinarão varias contentas, que houve entre os
Contratadores das ditas rendas, e os homens de Ne-
gocio da Praça desta Cidade de Lisboa.

DADOS A LUZ

Por PEDRO VILLELLA,
Livreiro d' ElRey,

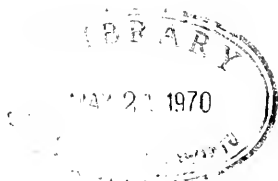
*A requerimento do Provedor, e Deputados da Meza do Espirito Santo
dos Homens de Negocio, que procurão o bem commum do Commer-
cio nesta Cidade de Lisboa.*



L I S B O A :

Na Officina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustissima Rainha N. S.

Anno do Senhor M. DCC XLVI.
Com todas as licenças necessarias.



HF
37.2
L5V5

UNIVERSITY OF CALIFORNIA
LIBRARY

REGIMENTO D A V A R I A G E M.

PETIC,AM AO SENADO DA CAMERA DE LISBOA;



IZEM o Procurador, e Deputados da Meza do Espirito Santo dos homens de Negocio, que procurão o bem commum, que para certo requerimento que tem, lhe he necessario huma certidão, porque conste o theor do Regimento da Variagem, que se acha confirmado por Sua Magestade no anno de 1738. e porque se não póde passar sem despacho.

P A V. S. lhe faça mercê mandar passar a dita certidão do que constar, em fórma que faça fê.

E R. M.

Pacefe-lhe nam havendo inconveniente. Meza 7. de Janeiro de 1745.
Com cinco Rubricas

Lourenço de Mattos.

Antonio Rodrigues Milbeyro.

CERTIDAM DO REGIMENTO DA VARIAGEM.

M Anoel Rebello Palhares, Fidalgo da Caza de Sua Magestade, e Escrivam da Camera nesta Cidade de Lisboa, &c. Faço saber, que na Secretaria do Senado da Camera, no Livro de Consultas, e Decretos de Sua Magestade, a folhas sessenta e sete, se acha o Regimento do direito da Variagem do theor seguinte.

R E G I M E N T O

Do Direito da Variagem.

A OS trinta dias do mez de Janeiro de mil setecentos e trinta e sete annos, na Meza da Vareçam da Cidade de Lisboa Occidental, estando juntos o Presidente de semana o Dezembargador Francisco da Cunha Rego, Vereador do mesmo Senado, e os Vereadores Je-

A ii

ronino

ronimo da Costa de Almeida, Eugenio Dias de Matos, Joaõ de Torres da Silva, Pedro de Pina Coutinho, e Eleuterio Collares de Carvalho, e o Procurador da Cidade Occidental Claudio Gorgel do Amaral, e o Procurador da Cidade Oriental Antonio Pereira de Viveiros, e os Procuradores dos Mestres das ditas Cidades Antonio Francisco, Jozê Gonçalves Lisboa, Manoel Ferreira, e Paulo de Azevedo; por todos foy acordado fazer o Regimento do direito da Variagem em observancia das Posturas das Cidades, em execuçam da sentença da Coroa, proferida em treze de Fevereiro de mil setecentos e trinta e hum, cujo direito pertence aos Senados da Camera destas Cidades, e ordenarãõ o dito Regimento pela maneira seguinte, com o portello porẽm de lhe não prejudicar em couza alguma ao direito, que tem de cobrarem os Senados o mesmo direito das fazendas de lãa, que se costumãõ medir a covados, o qual tambem lhe pertence, e o ham de mostrar por meyo competentes, pois se lhe não julgou na dita sentença, e obrigados por hora da decizam desta, e para haverem de continuar na cobrança do direito da medida das varas, fazem este Regimento com o dito protesto, e com elle pedem a confirmação do mesmo.

C A P I T U L O I.

T Odo o pano fabricado de lãa, ou de linho, que fôr de medida de vara, e por ella se costuma vender, e vir a estas Cidades, e Alfandega dellas, por mar, ou por terra, ou seja de Estrangeiros, ou Portuguezes, e antiguamente costumava vir em tonel, pipas, e redo ndellas, e era obrigado a pagar de direito às Cidades de cada hum tonel quatro varas o vendedor, e outro tanto o comprador, conforme a postura do anno de mil quatro centos e setenta, se succeder vir nas ditas vazilhas, pagará o mesmo direito, na fórma da referida postura.

C A P I T U L O II.

E Vindo em costal, ou fardo o pano fabricado de linho, que he medida de vara, e por ella se costuma vender, e vier fóra do Reyno, ou seja dos naturaes deste Reyno, ou seja dos Estrangeiros, que tiver duzentas varas, pagará de direito quatro varas; a saber, duas do vendedor, e duas pelo comprador, e que haja mais no dito costal, ou fardo até mil varas, não pague mais, que as ditas quatro varas, e se passar o dito costal, ou fardo das ditas mil varas pagará de cada cento, que crescer alem das ditas mil varas, duas varas, huma do vendedor, e outra pelo comprador, as quaes pagará o vendedor quando despachar os taes panos, conforme as posturas do anno de mil quatrocentos, e setenta, e a do anno de mil quinhentos e trinta e hum.

CAPITULO III.

E Se os coſtaes , ou fardos dos ditos panos , fabricados de linho , que todos ſão de medida de vara , aſſim do Reyno , como de fóra do Reino , que vierem a Alfandega deſtas Cidades , e nella ſe deſpacharem , e não chegarem a duzentas varas , ſendo hum até dous fardos , pagaráõ ſeis reis de cento , o vendedor , e outro tanto do comprador , e iſto ſe entenderá de cada hum dos mercadores , aſſim naturaes do Reino , como Eſtrangeiros , que coſtaes , ou fardos de pano de linho , e fabricado delle trouxerem em qualquer ſoma , que paſſarem de hum até dous , que não chegarem a duzentas varas , e da outra quantia , que mais fór além dos ditos dous fardos , ou coſtaes , poſto que não cheguem a duzentas varas , paguem quatro varas , aſſim como ſe follem de duzentas varas , conforme a poſtura do anno de mil quinhentos , e vinte e ſete em declaração da poſtura do anno de mil quatro centos e ſetenta , e a pagaráõ o vendedor , que deſpachar na fórma da poſtura do anno de mil e quinhentos e trinta e hum

CAPITULO IV.

E Eſte direito das varas dos panos , que forem fabricados de lãa , ou de linho , que forem de medida de vara o pagaráõ o mercador , q̃ os deſpachar na Alfandega , e della não ſahiráõ ſem primeiro pagarem o referido direito das Cidades , eſtando nella o rendeiro da dita renda , ou ſeu praceiro , ou procurador , e ſe os mercadores , donos dos ditos panos , quizerem antes pagar o dito direito a dinheiro , do que na meſma eſpecie , o poderam fazer , pagando-o pela avaliação da Pauta da dita Alfandega , porque ſe cobram os direitos Reaes da dizima , e ciza , como ſempre ſe cobrou eſte direito das varas , na fórma da Poſtura do anno de mil quinhentos e trinta e hum , em declaração da Poſtura do anno de mil quatro centos e ſetenta.

CAPITULO V.

E Se os mercadores , donos dos ditos panos , duvidarem pagar logo em Alfandega eſte direito das Cidades , dos panos aſſim de lãa , como os fabricados de linho de medida de vara , eſtando nella o rendeiro da dita renda , ou ſeu praceiro , ou procurador preſtes na dita Alfandega para os recadar , e lho requerer , e della tirarem os ditos panos , ſem lhe ſatisfazerem ſeu direito , perderáõ os ditos panos , ametade para as obras das Cidades , e a outra ametade para quem os accuza , conforme a Poſtura do anno de mil quinhentos e trinta e hum , em declaração , e reformaçam da Poſtura do anno de mil quatro centos e ſetenta , na qual ſe empunha eſte direito , ametade ao vendedor , e a outra ao comprador . aſſim naturaes como eſtrangeiros , quer vendeſſem na Alfandega , quer fóra della , por
não

naõ poderem ser vendidos , ou na Alfandega , ou fóra della , sem primeiro serem medidos pelo medidor do Confelho , para se poder pagar a medida delles , como bem o expréssa o theor da dita Postura do anno de mil quatro centos e setenta , que he a antiga , a que se refere a do anno de mil quinhentos e trinta e hum , tanto em favor dos mercadores , que despacham os seus panos , por terem nella a escolha de os pagarem antes a dinheiro , do que em pano pela avaliaçam da dizima , e ciza pela Pauta da Alfandega.

C A P I T U L O VI.

TAnto que os donos dos ditos panos , tiverem pago o dito direito das varas pertencente às Cidades, poderam levar os ditos panos da Alfandega para suas cazas , ou para onde lhe parecer sem se lhes pôr duvida , nem pedir mais direito algum , por ser conforme a dita Postura do anno de mil quinhentos e trinta e hum.

C A P I T U L O VII.

ORendeiro ; que fór desta renda do direito das varas , ou seu praceiro , ou procurador será obrigado a assistir na dita Alfandega para arrecadar logo o direito das Cidades , e para este effeito o naõ poderá impedir o Provedor , que for da dita Alfandega , assistir nella o dito rendeiro , e fazer a dita cobrança , tanto que os mercadores dos ditos panos os dezimarem , e despacharem , e naõ assistindo o dito rendeiro , ou seu praceiro , ou procurador ao tempo , que os ditos mercadores dizimarem poderam levar os ditos panos para suas cazas , como dito he , e nesta cazo o dito rendeiro tirará verba do livro da dita Alfandega , para ao depois arrecadar dos mercadores o que lhe deverem , pelo que constar da dita verba , como se praticou depois de ser feita a Postura do anno de mil quinhentos e trinta e hum , e por estar assim em uzo , e ser tambem conforme a condiçam continuada em todos os arrendamentos desta renda , que se achaõ desde o anno de mil quinhentos , e sincoenta e dous até ao prezente , que dispoem , que quando elle Contratador requerer , lhe passem Cartas em nome da Camera , para na caza da Mina , e Armazens , e Alfandega para se lhe darem as verbas dos pezos , e varas da Fazenda , que comprar por conta da fazenda del Rey nosso Senhor , para haverem o que lhe for devido da parte dos vendedores lhe serem passadas.

C A P I T U L O VIII.

ETirando os rendeiros verbas da dita Alfandega , serão assignadas pelo Escrivaõ , que as passar , porque conste dos que logo pagaráõ seu direito ao dito rendeiro , e os que deixaráõ de pagar , para se poder por ellas arrecadar dos devedores , o que deverem do dito direito da Varia-

gem ,

gem, e servirem as ditas verbas de titulo para por ellas se poder lançar o seu rendimento no livro da arrecadaçam da Caza do Veropezo, a que pertence este direito da Variagem.

C A P I T U L O IX.

Todos os panos fabricados de lãa, ou de linho neste Reino, de medida de vara, e que por elle se costuma vender, que vierem a despachar à Caza dos Cincos da mesma Alfandega, pagaráo nella os mesmos direitos as Cidades; que pagam os que vem de fóra do Reino à dita Alfandega, e não o querendo pagar em especie, o pagaráo em dinheiro, pela avaliação da Pauta da mesma Caza dos Cincos, conforme a Postura do anno de mil quinhentos e trinta e hum.

C A P I T U L O X.

E Se os taes panos de medida de vara, assim de lãa, como de linho, forem obrados de maneira que nas Pautas da dita Alfandega, e Caza dos Cincos não esteja a sua avaliação, se avaliará o seu vallor, atendendo-se ao estado do tempo, que correr na fórma do Regimento da fazenda Real, que se manda obliervar na arrecadação das rendas das Cidades, por especial provizam Regia, que tem estas ditas Cidades.

C A P I T U L O XI.

Todo o Burel, Almafega, Liteiro, e pano de treu, e pano da terra, que todo he de medida de vara, que entrar nestas Cidades depois de pagarem os direitos Reaes, pagaráo os direitos das varas devidos as Cidades, na fórma dos mais panos, conforme as Posturas referidas do anno de mil quinhentos trinta e hum, em declaração da Postura de mil quatrocentos e setenta, que com individuação expressa, esta qualidade de panos.

C A P I T U L O XII.

Todos os panos fabricados de lãa, ou de linho, que vierem dos Reinos de Castella a estas Cidades, assim por mar, como por terra a Alfandega, e Caza dos Cincos, dellas depois de pagarem os direitos Reaes, pagaráo o direito devido às Cidades, na fórma que o pagam os panos dos estrangeiros de fóra do Reino, e os fabricados neste Reino, o qual direito pagaráo; quer venhão à Alfandega, quer não vendendo-se nestas ditas Cidades, conforme a Postura do anno de mil quatrocentos e setenta no fim della, e as mais referidas.

CAPITULO XIII.

O Rendeiro, que for desta renda do direito da Variagem, assistindo na ditta Alfandega, e Caza dos Sincos per si, ou seus praceiros, ou Procuradores, para cobrarem este direito, o fará carregar logo no fim de cada mez, no Livro da Caza de Ver o pezo apresentando nella as verbas dos Escrivaens da ditta Alfandega, e Caza dos Sincos, por elles assinadas, porque confte, o que importa o que se tem cobrado dentro na mesma Alfandega, e Caza dos Sincos, e da carga que se lhe fizer por ellas no livro da dita Caza do Ver o pezo do que tiver recebido o dito Rendeiro, ou seu Procurador, assinará no dito livro tudo o que do dito direito sobre elle for carregado, tendo para effe effeito dado fiança a cobrar o rendimento da ditta renda.

CAPITULO XIV.

E Dos que não poder cobrar logo na ditta Alfandega, e Caza dos Sincos o direito da Variagem, que se lhe dever, tirará verbas, as quaes fará o dito Rendeiro, ou seu Procurador primeiro que as cobre, carregar no livro da dita Caza de Ver o pezo, e delle se fazer cobrar dos devedores do ditto direito, e assinar no dito livro, tudo o que se for cobrando, e constando por modo algum cobrar algum direito, que dentro no dito tempo não fizer carregar no ditto livro, pagará anoveado a importancia do que cobrar, e será prezo na forma dos Capitulos cento e cinco, e cento e cincoenta e nove do Regimento da fazenda Real, e da Provizam Regia de trinta e hum de Março de mil quinhentos e dezanove, que tem as Cidades, com as pennas incertas no Regimento referido da fazenda Real.

CAPITULO XV.

E Se esta ditta renda se não arrendar, ou o seu rendimento se cobrar por conta das Cidades, o receberá o Thesoureiro dellas depois de estarem carregadas, e lançadas as verbas do que se dever do ditto direito da Variagem, no livro da dita Caza de Ver o pezo, a que pertence este direito, havendo para effe effeito Administrador na dita Caza, e Officiaes nomeados pelos Senados, para assistirem na dita Alfandega, e Caza dos Sincos para porem em arrecadaçam o dito direito, e pedir, e procurar as verbas delle, fugeitos às mesmas penas do que occultarem.

CAPITULO XVI.

SE os despachadores dos ditos pannos quizerem pagar o direito das varas a especie, e não a dinheiro, na forma referida, o pano de lã, ou o que for fabricado de linho, da medida de vara que importar o tal direito dos ditos

tos panos, que se despacharem se carregará no dito livro da Caza do Veropezo pelo Escrivaõ della, com as destingçoens, e clarezas necessarias, de maneira, que se possa ver, que com effeito se cobrou tudo o que pertence ao direito das Cidades, declarando-se o nome dos donos dos panos, e qualidade, e quantidade delles, e o dia, mez, e anno em que se fez o tal despacho, como hade constar das verbas, que se tirarem, e o ditto panno, que se cobrar em especie, se entregará ao Rendeiro da ditta renda, e não o havendo, ao Thezoureiro das Cidades para tratar da sua venda pelo preço, e estado do tempo, carregandolhe tudo em receita, por lembrança, para por ella se lhe pedir conta do seu procedido dondo-se primeiro conta aos Senados.

C A P I T U L O XVII.

O Escrivaõ da Caza do Veropezo, ou outro qualquer, que se deva nomear para a arrecadação deste direito da Variagem, terá dous livros rubricados pelo Vereador do Pellouro da Almotaxaria, e em hum delles ha de carregar o direito das varas, e pezo do despacho da Alfandega, e Caza dos Sincos, da mesma Alfandega, e do que pertence à Caza dos Sincos da mesma Alfandega. E no outro livro o direito do pezo, que pelo Regimento da ditta Caza do Veropezo, pertence à ditta Caza, e se se provar, que o dito Escrivaõ deixou de carregar nos dittos livros algum despacho, ou couza pertencente aos dittos direitos, pagará a novado a importancia do que não carregou, e será suspensão do ditto Officio até mercê dos Senados.

C A P I T U L O XVIII.

E O Escrivaõ da ditta Caza do Veropezo, não levará mais do que levaõ os Escrivaens das Cazas dos direitos Reaes, e prometidos aos Escrivaens da Almotaxaria das cargas, e despachos, que fizer sobre o ditto direito.

C A P I T U L O XIX.

E Andando arrendadas estas rendas do direito da Variagem, e pezo, será condiçam expressa dos dittos arrendamentos, que estas duas rendas se cobrem, e arrecadem pelos Regimentos, e foral da ditta Variagem, e pezo dados à ditta Caza do Veropezo, sem outra expersão alguma.

C A P I T U L O XX.

E O Juiz da ditta Caza do Veropezo, conforme o seu Regimento da ditta Caza, será obrigado fazer cumprir todo o conhecido neste da

B

Variagem

*Essa prohibi-
ção pelo A-
cordão da
Relação de
29 de Mayo
de 1738. o
qual em as
partes nada
do Escrivaõ
de Almotaxa-
ria.*

Variagem tendo muito cuidado, se faça a arrecadaçam dos ditos direitos conforme aos dittos Regimentos, e pennas das Posturas de que nelles se faz menção, para o que serão todas tresladas na copia, que deste Regimento depois de confirmado a elle pertencerem, e se lhe der para estar na sua meza. Manoel Rebello Palhares o fiz escrever. Jeronimo da Costa de Almeyda. Francisco da Cunha Rego. João de Torres da Silva. Pedro de Pinna Coutinho. Eleuterio Collares de Carvalho. Claudio Gorgel do Amaral. Anton'o Francisco. Joseph Gonçalves Lisboa. Manoel Ferreira. Paulo de Azevedo.

E he o que consta do dito Regimento, que subio à prezença de Sua Magestade em Consulta do Senado de quatorze de Junho de mil sete centos e trinta, e oito; e o mesmo Senhor foy servido confirmar por sua Real Resoluçam de vinte de Novembro do mesmo anno de mil sete centos e trinta e oito, tomada na dita Consulta. E de tudo fiz passar a a presente Certidão, que assino. Lisboa onze de Janeiro de mil sete centos e quarenta e cinco. Pagou desta, e busca de livro, quinhentos e vinte reis, e e de assinar sincoenta reis.

Manoel Rebello Palhares.

REGIMENTO

DA

CAZA DO MARCO.

PETIC,AM AO SENADO DA CAAMERA DE LISBOA.



IZEM o Provedor, e Deputados da Meza do Espirito Santo dos homens de Negocio, que procuraõ o bem commum do Comercio, que para ferto requerimento, que tem, lhe he necessario huma certidão, com a copia do Regimento da Caza do Marco, e porque se não pôde passar sem despacho.

P A V. S. lhe faça mercê mandar passar a dita certidão com a dita copia do Regimento da Caza do Marco desta Cidade em fôrma, que faça fé.

E R. M.

Pacefe-lhe nam havendo inconveniente. Meza 26 de Agosto de 1745.
Com quatro Rubricas.

Francisco Xavier Reys.

João Correya de Sousa.

M Anael Rebelo Palhares, Fidalgo da Caza de Sua Magestade, e Escrivão da Camera desta Cidade. Faço saber, que no livro segundo de acrescentamento dos Regimentos, nelle a folhas duzentas e vinte, está o Regimento da Caza do Marco, do theor seguinte.

C A P I T U L O I.

Como as Naos, e Navios mostrarão as Cartas de seus fretamentos, e a que pagarão dos direitos do Marco.

A OS sette dias do mez de Novembro da era do Nascimento de mil quatrocentos e vinte dous annos, na Camera de Vareaçam da muy nobre, e sempre leal Cidade de Lisboa, estando ahi João Afonso Faceiro, vassallo de ElRey Nosso Senhor, e Corregedor por elle na dita Cidade, e João Esteves, e Ruy Gomes, e Ruy Pires, Procurador da dita Cidade, e Fernald Dalves da escada de pedra, e Vasco Dias Conservador, e Martin Alho, e Gomes, e Anes, que foy Escrivão da dita Camera, e Vicente Rodrigues, que foy Juiz do Cível, e Fernald da Veiga, Juiz do Crime, e Gil Martins, que foy sobre Juiz, e Felipe Daviel, e Ruy Gracia, Mercador,

cador, e outros homens bons da ditta Cidade, os quaes vendo, e considerando como muitos, assim Mercadores, como Senhoriaes, e Mestres de Navios, catam muitos caminhos, e azos para desfraudar a Cidade do direito, que ha de haver do marco de prata dos ditos navios, dizendo alguns, que vem de Galiza, e de outras partes, e que os Navios, e mercadorias que trazem, he tudo seu, e se vam tambem devante desta Cidade a Setuval, e Alcacere, e a outros lugares, e tambem dizendo os Senhoriaes, e Mestres dos ditos Navios, que as ditas cargas, que assim lá hiaõ carregar, são suas, e portanto os ditos Navios não vinhaõ, nem hiaõ fretados, nem lhe preparavaõ frete nenhum, e por esta razão, como por não carregarem na dita Cidade não eraõ teudos de pagar à dita Cidade seu direito do dito marco, e outros diziam, que vinhaõ fretados de loo donde vinhaõ por vinda, e por hida, não embargando, que assim vinhaõ de botto com suas mercadorias a esta Cidade, enella as descarregaõ, e se hiaõ della a carregar aos ditos lugares de Setuval, e Alcacere, como ao Algarve, e a outras partes, dizendo, que não são teudos de pagar o dito direito, pois que não fretavam nem carregavam na ditta Cidade, como quer que requerido lhes fosse por parte da Cidade, e Rendeiros della, que mostrassem as Cartas de taes fretamentos, que elles allegavaõ, que de loo traziaõ, ou qualquer outra convença, e conveniente, q̃ entre si trouxessem feita para se ver se era assim como elles diziam, ou se preparavam frete na dita Cidade dos ditos Navios, e companhia delles, não o querendo dizer, nem mostrar as ditas Cartas, dizendo que as não traziam, e que os deixavam na terra donde assim vinhaõ, fazendo todo esto, e outros muitos conloyos sômente por defraudarem, e enganarem a ditta Cidade, por lhe não pagarem o direito do marco, por bem das quaes cousas se recessam grandes debates, e demandas por lhe por vezes ser achado, que fazem maliciosamente tudo o que dito he, o que senão faria, se como logo ante o porto da ditta Cidade chegassẽ, mostrassẽ as ditas Cartas dos ditos fretamentos, e assim deixassẽ à maneira, e convença que entre si traziam de fretar, ou carregar: porẽm os sobreditos Corregedor, Officiaes Cidaõens, e homens bons, e guardando as ditas malicias, as quaes devem ser refreadas, e os homens não haverem lugar de as fazer; ordenaõ, e puzeram por postura, que daqui por diante quaesquer Naos, e Navios, que ante o porto da dita Cidade vierem de quaesquer partes, e lugares, que seja, que do dia, que assim a ella chegarem, ao outro dia primeiro seguinte até as doze horas do meyo dia, os Senhoriaes, e Mestres, ou Marinheiros das ditas Naos, ou Navios, sejam teudos, e obrigados de amoftrar, e amoftrarem as Cartas publicas, que trouxerem dos ditos fretamentos a quem o carregamento dello pela dita Cidade tiver, e se Cartas não trouxerem, que digam todas as avenças, e convenças, que entre elles, e os Mercadores houver, de maneira, que haõ de ter em fretar, ou carregar, e não as mostrando, ou não dizendo a ditta maneira, que haõ de ter até as ditas horas, que dellas por diante paguem o ditto direito do dito marco à dita Cidade, todo em cheyo, assim como se aqui nella carregassẽ, ou fretassẽ por a dita Cidade não perder o dito seu direito, nem lhe ser sobnegado, e os ditos Mercadores, Senhoriaes, e Mestres, e Marinheiros das dittas

dittas Naos, e Navios haverem galardam de suas malicias, e enganos a qual couza assim otrogaraõ, e por suas mãos assinaõ testemunhas, os sobreditos, e outros, e eu Gomes e Anes de Monte agraço, Eserivaõ da ditto Camera, que esto por minha mão o escrevi.

C A P I T U L O II.

Postura em que se declarao antecedente.

Declaração, e Regimento ao diante escrito, que se declarou da Postura atrás escrita pelos Senhores Vereadores, e Officiaes da Cidade, convem a saber: por Fernaõ Lopes Correa, e Simaõ de Goes, e Francisco Figueira, Vereadores, e por Ruy Gonçalves Manecotte, Corregedor da ditto Cidade, e pelo Bacharel Diogo Vaz, e o Doutor Alvero Esteves, Juiz do Civil, e por Nuno Fernandes, e pelo Licenciado Brás Affonso, Juiz do Crime, e por Antonio da Motta, Procurador da Cidade, e por Vasco Pires Thefourceiro da ditto Cidade, e por Fernaõ Gonçalves, Alvaro Affonso, Alvaro Gomes, Jorge Gonçalves, Procuradores dos Meesteres, e outros; as quaes declaraçoens mandaraõ, que se escrevessem, para a todos ser notorio, as quaes assinaõ, e mandaraõ, que se cumprissem, como se nellas contém. Feito em a Cidade de Lisboa aos oito dias do mez de Abril do anno de mil e quinhentos e vinte e cinco.

C A P I T U L O III.

Que as Naos, que nesta Cidade carregarem, ou forem carregar fora paguem marco.

ITem, que as Naos, Navios, e Caravellas, que carregadas vierem, ou forem posto q as mercadorias sejaõ do Senhorio das taes Naos, Navios, e Caravellas, que não mostrando Cartas publicas dos lugares donde vierem, como manda a Postura, que toda via paguem marco, e se nesta Cidade carregarem, ou forem a outra parte carregar, hindo para isso certos pagaraõ o dito marco de dez reis por tonelada.

C A P I T U L O IV.

Que as Naos que não sobem do Restello, não paguem, senão tomando carrega.

ITem, toda a Nao, e Navio, que de fora parte vier ter a restello, e não vier davante o porto desta Cidade, se trouxer mercadoria, e a descarregar em restello, em barcas, para vir a esta Cidade, não pagará marco, e se por ventura tomar aqui na Cidade, ou seu termo, posto que em barcas levem mercadorias para restello, ou Cascaes, ou onde quer que estiverem as taes Naos, e Navios toda via, pagaraõ o ditto marco, segundo pagaõ a que carregaõ a vante o porto desta Cidade, e se as barcas, ou bateis que as taes mercadorias levarem, e nellas não for Mestre, ou Senhorio, que as dittas mercadorias levarem, para ser certo o dito barqueiro, que levam despacho, o tal barqueiro seja obrigado a despachar, e pagar o marco.

Que

CAPITULO V.

Que ainda, que as Naos vam sem carga, despachem.

I Tem, toda a Nao, Caravella, ou Navio, que desta Cidade for para fóra, quer vâ carregada, quer não; e isso mesino posto, que seja do proprio Senhorio, posto que nella vâ toda via, será obrigado a despachar, e partindo-se sem despachar, pagará o marco em quatro dobro, e isto para as obras da Cidade, quando quer, que a tal renda não for arrendada, e sendo arrendado será todo para os Rendeiros.

CAPITULO VI.

Que o Escrivão do Marco despache as Naos sem hir ao Corregedor.

I Tem, que quando quer que as taes Naos, Navios, e Caravellas, vieram a esta Cidade, e Cartas de fretamentos trouxerem, que sejaõ publicas, e as mostrarem, segundo a Postura, o Escrivão do Marco dará juramento ao Mestre, ou Senhorio, e a dous, ou tres Marinheiros, que declarem que a tal Carta he verdadeira, e feita por Taballiaõ, o Escrivão contheudo nella, assim como dito he, sem mais hir ao Corregedor, o despachará, posto que o Rendeiro a queira lá levar, e quando ahi ouver outras duvidas entãõ poderão hir perante o ditto Corregedor.

CAPITULO VII.

Que o direito da carga se pague ao Rendeiro do anno de entrada.

I Tem, que toda a Nao, Navio, ou Caravella, que entrar entre o porto desta Cidade, dentro no anno de que ao tal tempo for Rendeiro, que o tal rendimento do Marco da carga, que assim levar, ou fretar, seja do Rendeiro do tempo em que entrou, posto que no anno vindouro do outro Rendeiro carregue, ou frete, e isto por se evitarem duvidas, dizendo, que carregam ametade em hum anno, e ao outra ametade em outro anno.

CAPITULO VIII.

Que o Escrivão não despachê sem o Rendeiro, nem o Rendeiro sem o Escrivão.

I Tem, o Escrivão do dito Marco não despachará sem ter o Rendeiro presente, nem o Rendeiro sem o Escrivão, e isto porque tudo venha a boa arrecadação, e porque as partes não digam, que pagaráõ a hum, e a outro, e fazendo o contrario pagarão cada hum delles dez cruzados para as obras da Cidade, de que haverá metade quem na acuzar.

CAPITULO IX.

Que não se levantem as Naos donde estiverem ancoradas sem o fazer a saber.

I Tem, tanto, que alguma Nao, Navio, ou Caravella, chegar devante o porto desta Cidade ao outro dia primeiro seguinte. o Mestre, ou Senhorio serão obrigados a assentar suas Naos, Navios, ou Caravellas ao tempo que

que a postura manda , que he atè às doze horas do outro dia, sobpena de pagar o marco em dobro do que dever , e isto mesmo não se levantará donde estiverem ancoradas atè não virem fazer saber , que se mudaõ para outro cabo sob a dita pena.

C A P I T U L O X.

*Que havendo dadas entre o Rendeiro, e os Mestres das Naos ,
vão ao Corregedor.*

E Havendo duvida entre os Mestres, e Senhorios dos ditos Navios, Naos, Caravellas, e os Rendeiros, hiram perante o ditto Corregedor , não se levantando donde estiverem como dito he, e fazendo o contrario pagaráõ o quatro dobro segundo atrás faz menção.

P R O V I Z A M.

Sobre o marco.

DOM João por graça de Deos Rey de Portugal , e do Algarve. A vós Corregedor Juiz da nossa muy nobre , e sempre leal Cidade de Lisboa, que hora foides, e foides daqui em diante saude. Sabede, que porque fomos certos, que de antiquamente o Conselho da dita Cidade para ajuda de seus encargos havia de qualquer Navio , que nesta Cidade fretavaõ, se era de carga de cem toneis, dous marcos de prata, convem a saber, hum marco dos mercadores fretadores, que afretavaõ , e o outro marco dos Senhorios do Navio , e se o Navio era de mayor carga dos dittos cem toneis , certa couza por tonellada , a razão de dous marcos de prata soldo por livra. segundo mais, e menos : E porque alguns maliciozos por desfraudar , e fazer engano a dita Cidade por não haver o ditto direito, faziaõ, e mandavaõ fazer cartas de fretamentos, fazendo menção, que eraõ feitas fora do Reyno, e da dita Cidade, que de fora vinhaõ fretadas, e fora já por vezes achado , que taes Cartas se faziam na ditto Cidade não embargando, que se em ellas contivessem, que eraõ feitas allur, e foraõ alguns condemnados, e ponidos por esto, e porque por vezes se recreciaõ sobre ello pleitos, e demandas, que eraõ grandes damnos, e perdas dos Mercadores, e assim da ditto Cidade, como estrangeiros, que sobre esto fazemos requerer, que a Cidade daqui em diante leve o ditto direito dos fretamentos por esta guiza. Que de qualquer Navio , que se na ditto Cidade fretar, ou carregar posto que de allur venha fretado, que a Cidade, e Conselho della, levem se for de carregar de cem toneis hum marco de prata, que he ametade do que ante levava convem a saber, meyo marco dos Mercadores, que a carregarem, ou fretarem na dita Cidade, e meyo marco dos senhores dos Navios, e se o dito Navio for de mayor carga, que de cem toneis, que leve dos mercadores, e senhores delle soldo por livra a razão do marco, segundo mais, e menos o ditto Navio for de carregar; e porẽm mandamos a vós ditto Corregedor, e Juizes , e a todas as outras nossas ustiças a que o conhecimento deste pertencer, que assim o façais cumprir,

cumprir, e guardar, e de outra guiza não, porque o entendemos por nosso serviço, e prol, e bem da ditta Cidade, e mercadores, que a ella vierem, e vós a elles, al não façades. Dada na Cidade de Lisboa nove dias de Janeiro. ElRey o mandou. Rodrigo Affonso o fez, era de mil quatrocentos e quarenta e quatro annos.

POSTURA TERCEIRA.

Do Regimento, que estará na Casa do Marco.

Toda a Nao, Navio, e Caravella, que nesta Cidade carregar, ou fretar, pagará dez reis por tonellada até quantia de cem toneis, que são mil reis, e ser tor de mayor carrega, ou de menos soldo a livra a razão de dez reis por tonellada, assim de mais como de menos.

Item, cada Nao, Navio, e Caravella, que em restello carregar em barcas, ou em outros quaesquer bateis, posto que as mercadorias sejam dos senhores, pagarão dez reis por tonellada.

Item, todo o Navio, e Caravella, que a restello vem ter, e carrega, trazer, e lá descarregar, não pagará marco, posto que descarregue em barcas.

Item, toda a barca, e batel, que carregas levarem a restello, ou Cascaes, serão obrigados a virem despachar, e pagar dez reis por tonellada não vendo despacho ao Senhorio da Mercadoria.

Item toda a Nao, Navio, e Caravella, que desta Cidade para fóra forem quem quer vão carregadas, quer não, posto que as mercadorias, sejam dos Senhorios, serão obrigados a despachar no marco, e hindo sem despachar, pagarão o quarto dobro do que devem.

Item, toda a Nao, Navio, e Caravella, que cartas de fretamentos trouxerem, que sejam publicas, as mostrarão ao Escrivão do Marco, do dia que chegarem, ao outro dia primeiro seguinte, até às doze horas do meyo dia, e não as mostrando pagarão o marco em dobro, do que devem.

Item, que o Escrivão do Marco, despache os Mestres, que Cartas publicas trouxerem, dando-lhe duas, ou tres testemunhas, que conheçam a letra, e final, e Taballião, que as fizer sem mais hirem ao Corregedor, posto que o Rendeiro queira. Havendo outras duvidas entre o Rendeiro, e Mestres então hirão perante o Corregedor.

Item, toda a Nao, Navio, e Caravella, que davante deste porto estiverem, não se levantarão para outro cabo sem primeiro virem saber, que se mudão, sob pena de pagarem o marco em dobro.

Item, quando quer que houver algumas duvidas entre os Mestres, e Rendeiros, não se levantarão como dito he, sem primeiro hirem perante o Corregedor, e fazendo o contrario pagarão as penas assim escriptas.

Item, duas pipas de qualquer couza, he hum a tonellada.

Item, dous moyos de trigo, cevada, ou qualquer outra couza, hum a tonellada.

Item, quatorze quintaes de metal, ou de qualquer outra couza, hum a tonellada.

Item,

Item, três carros de madeira, huma tonelada.

Item, setecentos e sincoenta telhas, huma tonelada.

Item, quinhentas formas de allicar, huma tonelada.

Item, trezentos finos de allicar, huma tonelada.

Item, huma fornada de louça duas, toneladas.

Item, huma besta, duas toneladas.

Item, Hum passageiro pagará sinco reis.

Item, o Escrivaõ do Marco, não levará mais do que leuão os Escriuães das cazas de ElRey de seu despacho.

Das diligencias, que fará o Escrivaõ do Marco, quando as Naos vierem.

O Escrivaõ do Marco tanto que os Senhórios, ou Marinheiros assentarem suas Naos, Navios, e Caravellas no Marco ao tempo, que a postura manda, logo lhes preguntará se trazem Cartas de fretamentos, e mostrando-as lhes ponha a apresentação, como hora faz, e dizendo, que as não trazem, isto mesmo os assentará em seu partacollo para se saber como as não trazem, e para não dizerem, que as trazem, e que as não mostrarão por lhas não pedirem.

Aos dezafcis dias do mez de Janeiro de mil quinhentos e noventa e tres annos nesta Cidade de Lisboa, na Camara da Vareação della, estando presentes os Senhores Presidente, Vereadores, e assim os Procuradores da Cidade, e Procuradores dos Mesteres della, e Juizes do Civil, e Crime, e os mais abaixo affinados, por todos foy acentado, que todo o Navio, ou Caravella de Portuguezes, que vier ao Rio desta Cidade, não deitará fóra nenhuma mercadoria, que trouxer sem primeiro hir assentar seu Navio no Marco, e fazer declaração de como he vindo, sobpena, que fazendo o contrario pagar o que dever do direito do dito Marco em dobro, este se apregoará nos lugares publicos, para a todos ser notorio, de que se fará assento, e depois se dará à execução pelos Officiaes da Cidade. Affonso de Torres de Magalhães o fiz escrever. O Presidente. Henrique de Souza. Jorge Seco. Antonio de Sa. Gaspar Ferraõ. Francisco Vellozo. Armaõ da Silveira. Bartholomeu Fernandes. Jeronimo Dias. Gonçalo de Moraes. Luiz Mendes. Pedro Gonçalves. Gaspar da Maya.

PUBLICAÇAM.

A OS vinte e oito dias do mez de Janeiro de mil e quinhentos e noventa e tres annos nesta Cidade de Lisboa, a Porta do Mar, e Caes da Pedra da ditta Cidade, e nos mais lugares publicos perante mim Escrivão por João Lopes, Porteiro do Conselho, foy apregoada a postura atrás em altas vozes, de que fiz este termo em que o dito Porteiro assinou, e eu Pedro Cordeiro Escrivão da Caza do Marco o escrevi.

João Lopes.

E he o que consta do ditto Regimento, que está no dito livro de que fiz passar a presente, que assino. Lisboa trinta de Agosto de mil settecentos e quarenta e cinco, pagou-se de feitiço desta, e bulca do livro, quinhentos e noventa reis, e de assinar sincoenta reis.

Manoel Rebello Palhares.

PETIÇAM,
E
CERTIDAM
DA SENTENÇA

DO JUIZ DOS FEITOS DA FAZENDA
em que se manda pagar ao Marco o direito da
Variagem sómente da fazenda de lã, e linho
que se mede às varas.

E CERTIDAM DO REGIMENTO DA CAZA DE VEROPEZO.

PETIÇAM.

Dizem o Provedor, e Deputados da Meza do Espirito Santo, que procuraõ o bem commum do Comercio, que para certo requerimento, que tem, lhe he necessário huma certidão do que apontar de huns Autos findos, em que foraõ partes os Con- fules das Nações Estrangeiras, contra o Syndico do Senado, e Contra- tadores do Marco, Veropez, de que fuy Escrivão Pedro Antonio Peradiz.

P. A V.M. lhe faça mercê mandar passar
a dita certidão, do que constar.

E R. M.

Passé em termos.

Doutor Carvalho.

CERTIDAM.

Pedro Antonio Peradiz, proprietario do Officio de Escrivão da Coroa Real de todo o Reyno, por Sua Magestade, que Deos guarde, &c. Aos que a presente Certidam virem, certifico que eu sou Escrivão de huns Autos, que se intitulaõ pela maneira seguinte.

TITULO DOS AUTOS.

Feito Civil de Libello entre partes A.A. os Consules das Naçoens Estrangeiras, contra João da Fonseca Furtado, e Luiz de Oliveira, Contratadores do Marco, e Veropezo, &c.

E não se continha mais em o titulo dos Autos, a que me reporto, e nelles outro fim, a folhas duzentas e quarenta e huma está lançada huma Sentença de que seu theor he o seguinte.

SENTENÇA, A a fol. 241.

A Cordam em Relação, &c. Vistos estes Autos Libello dos A.A. os Consules das Naçoens Ingleza, e Hollandeza, de Suecia, e Dinamarca, contrariedade dos R.R. os Contratadores do Marco, e Sindico da Cidade, provas, e documentos juntos; propoem-se pelos Autores, que os Contratadores do Marco introduzirão cobrar dos homens de negocio das suas Naçoens, hum direito chamado da Variagem das fazendas, que despachão na Alfandega, que se liquidam por hum rol, que tiraõ dos livros do despacho da dita Alfandega, e o cobram executivamente, sendo, q̃ nem o Senado da Camara, nem os Reos Contratadores da renda da Caza do Marco, tem outro algum titulo para haverem o tal tributo, e mais, que huma afurta postura muito antiga, que se fez para que de todos os panos, que viessem a esta Cidade, e se medissem por varas, pagassem os Mercadores, que os despachavam, este direito da Variagem, a qual postura só se deve praticar a respeito dos panos fabricados neste Reyno, que se costumam medir por varas como são os panos, que se fabricão na ferra da estrella, raxetas, baetas, e pano de linho, que se despacham na Caza dos Sincos, e nella pagam certo direito, e tambem o da Variagem para cuja cobrança tem os Contratadores do Marco hum Procurador posto por elles, para a dita cobrança, e se a postura comprehendera as mais fazendas, que vem de fóra do Reyno, e se despacham na Alfandega, nella haviam os mesmos Contratadores ter outro Procurador, que lho arrecadasse; porẽm na fôrma do Regimento da mesma Alfandega, só se deve pagar na Meza grande, e do Consulado, o direito de vinte e tres por cento, e pago este levam livremente os Mercadores as fazendas despachadas para suas cazas, e que he tanto sem duvida, não ser dividido o direito da Variagem dellas, que os antecessores dos Reos nunca o cobrãram, como devido, e sômente de tres em tres annos hiam por cazas dos Mercadores Estrangeiros, com hum rol, que escondidamente extrahiam dos livros da Alfandega, e por mercê lhes pediam, lhes quizessem dar alguma cousa pelo ditto direito, e se contentavam com o que cada hum lhes queria dar por se livrarem do letigiõ com q̃ os ameaçavam, e se esta contribuição voluntaria quizeram os Reos cõverter em necessária, e procuraram cobrar o tal direito executivamente, e os Mercadores por remirem sua vexação, fizeraõ delle deposito. Propoem mais, que os Reos não só procuraõ o dito direito da Variagem da fazenda, q̃ se mede, mas dos generos, q̃ se vendem a pezo como

mo he o ferro, estanho, linho, peixe seco, e outros, q̃ se não comprehendem na postura do Senado da Camara, na qual se declara, he para pagar ao medidor, sendo que os Mercadores, quando despacham na Alfandega, logo nella pagão ao medidor, e quando vendem as fazendas em suas cazas pagão ao medidor da Cidade, que lhas vai medir; e como não haja Regimento, Ley, ou Foral, q̃ os obrigue ao pagamento do tal direito, toda, e qualquer posse, que houver de se cobrar, he vicioso, e sem vigor, e principalmente quando pelo Tratado da paz feita com as suas Nasçoens está disposto, não haverem de pagar mais que vinte e tres por cento dos direitos do despacho da Alfandega, e pedem, que os Reos restituam o que individamente tem delles cobrado pelo direito da Variagem, declarando-se, que mais se nam peisa, nem cobre o tal direito; por parte dos Reos se alega, que o Senado da Camara está na posse immemorial de per si, e seus Rendeiros cobrar este direito da Variagem, sem repugnancia, ou contradicção alguma dos Mercadores, assim naturaes como estrangeiros, sómente das fazendas, que se medem a vara, e entram, e se despacham na Alfandega, e neita posse se conserva titulada com huma Provizam Real, do Senhor Rey Dom Manoel, e o pagarem os ditos Mercadores a quem lhes mede as fazendas, quando as despacham na Alfandega, ou vendem em suas cazas não desobriga do direito, que devem dellas pagar ao Senado da Camara, e se os Contratadores o deixaõ de receber na Alfandega, he porque sempre se costumou pagarem-no em suas cazas pelo rol, que se lhes apresentava, tirado dos livros do despacho de Alfandega, e conferindo-os com os alentos dos seus livros, e nesta fôrma o cobravaõ sempre os Contratadores. e executivamente, quando os Mercadores o recuzavaõ pagar, e tanto o da Variagem, como do pezo, que são distinctos, e de presente estam cobrando na Alfandega das fazendas, que se medem por varas, e na mesma fôrma das que se pezam, o qual pezo he notorio haver nesta Cidade lugar publico, e caza para esse effeito deputado a que chamaõ Veropezo com Juiz, o Officiaes ajuramentados, aonde todas as fazendas, que se compram, e vendem a pezo se levam ao dito lugar a pesar, e ahi pagam certo direito ao Senado, e quando alguns Mercadores tem detrimento em levarem as suas fazendas ao Veropezo, pedem licenças annuas, para uzarem de balança em outro lugar, e pagam por avença o direito devido ao Senado. O que tudo visto, e o mais dos Autos, e como os Reos não apresentaraõ Foral, ou outro algum titulo, porque a Cidade, per si, ou por seus Rendeiros possã haver o direito chamado da Variagem, por todas as fazendas, que se medem, e pezam na Alfandega, nem justifique a posse immemorial de se cobrar; e sómente se mostre haver huma postura antiga, que no anno de mil quatrocentos e setenta, se reformou sobre a arrecadação do direito das varas, que se pagam à Cidade dos panos, que se medissem pelo medidor do Concelho, a qual postura se declarou por outras posteriores, e a ultima feita em vinte e tres de Setembro de mil quinhentos e trinta e hum, porque se accordou que de todos os panos de lã, e linho, que se medissem por varas se pagasse de cada fardo quatro varas, que se arrecadariam na Alfandega pelos Rendeiros da Cidade ao mesmo tempo, que se cobrassem os direitos de ElRey, e pela mesma avaliaçam, que na Alfandega se fizellẽ para o pagamento

gamento da Dizima, e Siza, não querendo os Mercadores pagar as ditas varas em a mesma especie de pano, e não estando os Rendeiros da Cidade na Alfandega para arrecadarem o tal direito das varas, poderiam os Mercadores levar della as suas fazendas, e o Rendeiro da Cidade, tiraria verba dos livros para ao depois o arrecadar dos Mercadores; porém prova-se que os Reos Luiz de Oliveira, e João da Fonseca Furtado, Contratadores do Marco, e os que lhe succederam, não só dos panos de lã, e linho, que se medem as varas, mas de toda a mais fazenda, que se despacha na Alfandega, e se costuma medir, e ainda da que nella se nam mede, mas pèza, assim como ferro, chumbo, e linho, introduziram cobrar executivamente o direito das varas, ou Variagem, fazendo-lhe a conta a dous por cento do seu valor, executando totalmente o disposto na tal postura, pela qual só era premetido cobrarem os Rendeiros da Cidade o direito de quatro varas por cada fardo, e sómente daquelles panos de linho, e lã, que se costuma medir a vara, e não de outra alguma fazenda. Sendo, que nem ainda dos desta qualidade devem os Mercadores pagar o tal direito imposto pela Cidade, porque aquella postura presume abrogada pelo Alvará junto do anno de mil quinhentos setenta e hum em que o Senhor Rey Dom Sebastião, quando contratou as Alfandegas do Reyno, dispoz, que não tivessem observancia as posturas do Senado da Camara desta Cidade; que fossem prejudiciaes á arrecadação dos direitos da Alfandega, a qual ao depois se mandou cumprir, ainda quando as Alfandegas senam arrendassem, e posto não conste se derogasse a postura do direito das varas, que nella se cobrava, verifica-se com tudo, não teve observancia ate o tempo em que entrou a ser Contratador do Marco João da Costa Cardozo, e de vinte annos a esta parte; e ainda a estes se não consentio pelo Provedor da Alfandega, a cobrança do tal direito, porque querendo, que assistisse hum seu Procurador na caza da dita Alfandega, o Provedor João Vanvellem estranhou esta introdução, e se valeu de industriosamente tirar huns roes dos livros do despacho da mesma Alfandega, e com elles hia de tempos em tempos por caza dos Mercadores pedir-lhes o direito da Variagem, e huns lhe não queriaõ pagar cousa alguma, e outros por se livrarem da sua importunação, e evitarem letigios com que os ameaçava, lhes davam alguma quantia de dinheiro, e se acomodava, com a que voluntariamente lhes queriam dar, protestando sempre a não deviaõ, e ainda na caza dos Sincos, aonde introduzio Procurador para a cobrança do direito das varas; muitos dos que despachavaõ, lhe não queriaõ pagar, do que se infere estar a tal postura abrogada, e principalmente porqueno Foral da Alfandega muito posteriormente feito, senão faz menção de tal direito, declarando-se nelle ainda os que se cobram em diferentes mezas; e se a postura estivera em seu vigor, não he de crer, que aquelle Contratador João da Costa Cardozo, e os que lhe succederam, deixassem de ter Procurador na Alfandega, e resistiriam ao impedimento do Provedor della, nem se haviaõ de accomodar com os Mercadores lhe darem o que queriam, e outros repugnarem o pagamento, sendolhe muito facil o recurso: Por tanto condemnamos aos Reos, a que se abstenham de cobrar o direito da Variagem, de que se trata das fazendas; que se despacham na Alfandega, e se costumam medir

medir, ou pezar, e restituam aos Autores o que individamente delles cobraraõ no tempo de seus arrendamentos, o que se liquidará na execução desta; e paguem outrossim as custas dos Autos. Lisboa dezouto de Agosto de mil sete centos e onze. Rego. Doutor Abranches. Amaral. Sã. Fui presente Alves.

E não se continha mais em a referida Sentença, que em os ditos Autos as ditas folhas atrás declaradas, a que em todo, e por todo me reporto, e outro sim a folhas quatro centas e sincoenta e seis se acha o Regimento de Veropezo de que que he o seguinte.

REGIMENTO DE VEROPEZO.

A FOLHAS 456.

CAPITULO I.

PRIMEIRAMENTE haverá na caza de Veropezo hum Juiz da Balança, que seja homem de bem, e de boa conciencia, e que saiba ler, e escrever, o qual terá a chave da ditto caza de Veropezo, e sem a dar a pessoa alguma para se não poder abrir se não por elle, por segurança das mercadorias, que na dita caza se haõ de recolher, a qual abrirá pela manhã desde o primeiro dia de Março até o fim de Setembro, às seis horas, e estará até depois das dez, de maneira, que esteja pela manhã na ditto, quatro horas inteiras, e à tarde abrirá depois de huma hora, e estará até o Sol posto; e se os Rendeiros tiverem outra chave como sempre se costumou, viram abrir conforme a este Regimento, sob a pena posta ao Juiz. Nos outros mezes de Inverno, abrirá a dita caza depois das sete, pela manhã, e estará até às onze, de maneira, que esteja quatro horas pela manhã; e abrirá a ditto caza à huma hora depois de meyo dia, e estará até o Sol posto, para que esteja as ditas quatro horas, e estando menos tempo, ou dando a chave a alguma pessoa, pagará pela primeira vez, quinhentos reis, ametade para a Cidade, e a outra para quem o acuzar; e pela segunda vez pagará dez cruzados, e pela terceira será suspenso do officio hum anno sem remissão, e sendo mais vezes comprehendido no ditto cazo, perderá o ditto officio pelo perigo, que disso se pôde recear, para a Cidade o poder dar a quem quizer.

CAPITULO II.

NA dita caza se recolheram todas as mercadorias, que se houverem de pezar, e forem obrigadas à ditto caza. ¶ Biscouto, assucar, mel, azeite, fumagre, sebo, breu, fruta do Algarve, e qualquer outra mercadoria, que se houver de pezar de maneira, que todas as dittas mercadorias sejam bem tratadas, e postas em lugares convenientes, segundo a qualidade dellas, para se nam damnificarem, e os donos dellas, nam receberem perda alguma pelo ditto Recolhimento.

C A P I T U L O I I I .

AS ditas mercadorias não fahirão da dita caza , ou Alpendre della atè não serem pezadas ; e as que forem comezinhas poderaõ logo levar tanto que forem pezadas para despejo da caza , e as comezinhas ficaraõ na ditta caza , para que se o Povo quizer parte dellas conforme a postura , dentro em tres dias , como abaixo será declarado , se lhe darem , e não cabendo se pezaem , e escreveram , e se entregaraõ aos que as tiverem compradas , para as terem sem bolirem em ellas os ditos tres dias , e se dar parte dellas ao Povo conforme a postura.

C A P I T U L O I V .

Qualquer pessoa , que de fóra trazer as ditas mercadorias à ditta caza do Varopezo , as poderá logo vender a quem quizer com tal declaração , que aquelle que as assim vender declare por juramento ao dito Juiz da Balança , o preço porque as vende de que o ditto Juiz fará hum termo em livro , que para isso terá , em que ponha a qualidade da mercadoria , e a quantidade , e o preço porque se vendeu , e por juramento das partes , e a quem a vendeu , e o dia em que se vendeu , o qual será assinado ao menos pelo vendedor para se saber como jurou , porque preço vendeu a dita mercadoria , e o comprador será obrigado ter a dita mercadoria depois de comprada tres dias , e dar parte della ao Povo , que a quizer pelo preço , que a comprar conforme a postura , não a querendo o comprador para a tornar a vender , se não para seu uso , e mister , e isto se entenderá em todas as mercadorias.

C A P I T U L O V .

ODito Juiz , terá hum livro , que lhe será dado em cada hum anno em o qual fará titulo de todas as mercadorias , que vierem ao dito Varopezo , declarando em que dia , cada huma vem , e o tempo , e ora , em que se vendeu , como assim está declarado , para se saber em todo o tempo , a entrada , e sahida das dittas mercadorias , e como , e em que tempo as mercadores podem usar dellas , e as vender a quem quizer , e assim para o Povo poder saber por o ditto livro o tempo , que tem para os poder tomar , conforme a postura , para seus uzos , e misteres , e fará titulo de cada genero de mercadoria sobre si. Azeite em seu titulo , e assim todas as outras mercadorias.

CAPITULO VI.

QUando quer que alguma pessoa do Povo quizer alguma parte de cada huma das ditas mercadorias, que estiverem na ditta caza, o Juiz da Balança hirà ver o livro, e o preço porque està vendida, e a este respeito lhe fará dar a parte, que requer conforme a postura, sendo para seu uso, e mister, e não para revender, e não deixará fahir a ditta mercadoria da ditta caza sem dar a ditta parte; e em tudo guardará a postura sobre a repartição das ditas mercadorias.

CAPITULO VII.

Todo o Mercador, que trazer mercadoria ao Veropezo, a porà logo à venda ao Povo, e a não poderá tirar da ditta caza, nem agaalhar em outra parte; salvo quando a caza estiver cheya de mercadorias, e não puder caber, sendolhe primeiro dado licença pelo Juiz como assima vay declarado, e isto atè ser vendida, sobpena de ser preço, e pagar pela primeira vez dous mil reis do Tronco, onde estará aquelles dias, que bem parecer à Cidade, e o ditto Juiz a poderá mandar ao Tronco, e fará dísso Auto do qual Juiz poderão appellar, e agravar para a Camara, e pela segunda pagará da prizam dez cruzados, e pela terceira pagará vinte cruzados da dita prizam.

CAPITULO VIII.

QUando os Rendeiros tiverem licença da Camara para poderem comprar as ditas mercadorias, que vierem ao Veropezo, não as poderão comprar, posto que tenham a ditta licença, se nam perante o ditto Juiz, o qual por juramento se informará secretamente do vendedor, o que lhe daõ verdadeiramente pelas ditas mercadorias, e isto escreverá em o dito livro assinado pelo ditto vendedor como se contém no Capitulo atrás dos outros compradores, e vendedores; e toda a mercadoria, que assim comprarem com a ditta licença fará estar os tres dias na ditta caza primeiro, que a tirem para que se dê parte della ao Povo, que a quizer, conforme a postura, pelo dito preço, que elles Rendeiros a comprarem, e dentro dos ditos tres dias, mandarão apreçoar, que se alguma pessoa quizer parte da ditta mercadoria, venha por ella conforme a postura, para à todos ser notorio, e qualquer pergoeiro a que mandar o fará logo sobpena de quinhentos reis do Tronco, e em pregação se dará na rua de Veropezo, a que se cumprirá, posto que hajaõ licença da Camara para a levarem logo para caza, salvo levando declarado a ditta licença o treslado deste Capitulo sob a dita pena; e isto se entenderá em todas as ditas mercadorias.

C A P I T U L O IX.

O Dito Juiz ferà mui diligente em olhar como se pezam as dittas mercadorias ; pois he fiel dellas , e sempre terà a mão na corda do ditto pezo, e com os olhos na lingoa da balança, e alevantarà manço, de maneira, que no ditto pezo não haja engano contra alguma das partes, e terà muito cuidado de ter os ditos pezos, e balanças muito bem concertados, e afilados cada seis mezes, salvo quando lhe parecer tem neccessidade de serem limpos, e afilados, mais vezes, o qual afilamento ferà feito à custa dos Rendeiros ; e quando não houver Rendeiros à custa da Cidade ; de maneira, que por respeito dos ditos pezos, e balanças, não recebam as partes enganos sobpena de por cada vez, que se achar o contrario, além de o Juiz pagar toda a perda às partes ; pagar pela primeira vez dous mil reis, e pela segunda quatro mil reis, e pela terceira ferà suspensão do officio. E mandaõ ao Afilador dos pezos desta Cidade, que cada seis mezes vã ver a balança, e pezos do Veropezo, e do que vir venha dar conta à Cidade para mandar fazer o que for neccessario.

C A P I T U L O X.

O Dito Juiz alvidrarà aos Trabalhadores, aquillo, que devem levar por acarretar as dittas mercadorias, havendo respeito aos lugares onde as levam, e ao tempo, e neccessidade dellas, e não consentirà, que leve mais daquillo, que lhes elle alvidrar, nem consentirà que façam os ditos Trabalhadores na ditta caza pelejas, nem cousas de zonestas, nem se entrometaõ por força levar as dittas mercadorias se não por sua ordenança, e mandado, e qualquer que o contrario fizer, ou lhe desobedecer, o mandará ao Tronco, e lhe dará qualquer pena, que bem lhe parecer, não passando a pena de dous tostões, salvo quando elles fizerem cousa tal, porque mereçaõ pena crime, porque os mandará ao Tronco, e remeterà o cazo a quem com direito pertencer ; e este alvidrar o que elle hade fazer, ferà sempre conforme as taixas da Cidade, e quando não houver taixas com informação de dous homens, que o entendam, o farà pelo juramento de seu officio.

C A P I T U L O XI.

E Porque muitas vezes, muitas pessoas trazem à ditta caza, e Alpendre della, mercadorias, e quando as levam, deixaõ a caza, e Alpendre sujos, e assim outras pessoas assim de dia, como de noite, fazem nos dittos Alpendres muita sujudade, o Juiz se informará summariamente perguntando dos Evangelhos, quem deu causa a se fazerem as dittas sujudades, e o farà todo alimpar, à custa de quem tiver a ditta culpa, dando-lhe mais pena, que lhe parecer, que merece, não passando a ditta pena de duzentos reis para as obras da Cidade.

CAPITULO XII.

Postura do que se ha de dar das mercadorias na caza do Veropezo.

OS Vereadores, e Procurador, e Procuradores dos Mestres desta muito nobre, e sempre leal Cidade de Lisboa. Vendo como o Regimento da caza do Veropezo estava já roto, e os direitos, que se haviaõ de pagar por cada huma mercadoria de se pezarem, e assim de dormirem de noite, na caza do ditto pezo se mandava pagar por mealha, e gigas, e por outros nomes, que agora não são costumados, por onde se seguia muitas vezes os Rendeiros levarem mais do que lhe pertencia; e por hem cumprir o hem do Povo, e bom governo da Cidade, ordenarão este Regimento, que se segue.

CAPITULO XIII.

Todo o Mercador, que trouxer mel, azeite, e fumagre ao Veropezo para o vender ao Povo, abrirá logo a venda das dittas mercadorias, e as não poderá meter em outra alguma parte, se não dentro na dita caza, até serem rendidas, sob pena de quem quer que o contrario fizer, pagar por cada vez quinhentos reis, ametade para a Cidade, e a outra para quem o acuzar. Depon a arroba de qualquer mercadoria, que se pezar dentro na caza do Veropezo se pagará tres reis de cada quintal.

De dormida de cada noite, de quaesquer mercadorias, que forem soltas.

De todo o mel, breu, brazil, fruta do Algarve, marfim, e pau, que não forem encaixadas, nem leadas, nem enfacadas, pagarão tres reis por quintal, e mais não.

De qualquer saca grande, ou saca, ou quarto, ou cobre, pagarão vinte reis, por caixa e dez reis; por quarto, e o mais a este respeito, por noite.

De piparotes, e sacos, pagarão cinco reis, e por canastras grandes dez reis por cada noite de dormida.

De pipa, ou bota, pagarão vinte reis por noite de dormida.

De cada quintal de cebo cru, pagarão tres reis.

De odre de mel, e azeite, pagarão meyo real de dormida cada noite.

De talhas de mel, dous reis de dormida cada noite.

De pote de mel, pagarão hum real de dormida cada noite.

De qualquer saca pequena, assim como de arros, e similhas, e de outras coufas similhantes a estas, pagarão cinco reis de dormida cada noite.

De todo o costal de fio redondo, ou cumprido, ou feixe de linho, ou de estopa, pagarão de dormida cada noite hum real.

De qualquer bota, ou tonel de linho, ou de estopa, pagarão huma maõ, a melhor, que vier, que peze dous arrateis, e de pipa, e sacco huma maõ, e mais seu pezo; e pagarão mais quatro reis de dormida cada noite.

Qualquer Mercador, que tiver suas mercadorias fóra, e quizer vender no Alpendre do Veropezo, pagará por dia, dous reis, e tambem se isto entenderá nas pessoas, que venderem na rua.

De qualquer paõ de cera, ou cebo cozido, pagarão de dormida cada noite dous ceitis.

E quaesquer Rendeiros, que tiverem esta renda arrendada hum anno à Cidade, não compraráo mercadoria alguma, que vier para a caza, nem dentro na caza, que vier para vender ao Povo, sem a diligencia, e ordem, que se contém no Regimento do Juiz de Veropezo allima escripto, e o fiel da Balança, que tal souber, que faz o Rendeiro, o hirá logo fazer à Camara sob pena de dez cruzados.

CAPITULO XIV.

Que o fiel da Balança pezarà as mercadorias.

E O ditto fiel da Balança pezarà todas as mercadorias por sua mão, e achando, que as não peza, e dê lugar a outrem, que as peze por elle sem licença da Cidade, pagará quinhentos reis, por cada vez, que elle for comprehendido; e assim a outra parte, que por elle pezar dos quaes haverà ametade quem o acuzar.

CAPITULO XV.

Que os Rendeiros não levem mais, do que dispoem este Regimento quando pezar.

T Odo o Rendeiro, que tiver esta renda arrendada à Cidade não levará mais que o contheudo neste Regimento, e achando-se que leva mais, pagará por cada vez dez cruzados, da cadeya, de que haverà metade quem o acuzar.

CAPITULO XVI.

Que o fiel tenha consigo este Regimento quando pezar.

E Todo fiel terá cuidado de olhar as balanças, e os pezos das pessoas, que vendem mel, no Alpendre, para saberem se fazem verdade ao povo; e achando, que não fazem o que devem, o fará logo saber aos Almotaccis das execuções para os castigar na pena da postura, as quaes penas pagarão do Tronco, e o fiel da Balança porà cada dia o Regimento junto da Balança, para que as partes o vejam, e saibam, o que haão de pagar, e por cada dia, que o não puzer, pagará mil reis, ametade para a Cidade, e a outra para quem o acuzar.

CAPITULO XVII.

Sobre a moeda, que leva o Juiz dos pezos.

E Porque ao Juiz de Veropezo daão às partes espontaneamente hum moeda de tres reis de cada pezo, cujo estillo se tem inveterado por attender o Senado, a que o rendimento do dito Juiz he lemitado, e não poder levar emolumento algum fóra do Regimento; o ditto Juiz poderá levar a ditta moeda de cada pezo, e não excederà a outra coula mais; porque excedendo se lhe darà em culpa nas devaças para ser castigado como erro de officio.

CAPITULO

C A P I T U L O XVIII.

Postura, que não pezem mercadorias algumas fóra do pezo da Cidade das que a elle pertencem.

FOY acordado pelos sobreditos, que toda a pessoa; que for pezar fóra do pezo da Cidade, qualquer mercadoria, que pertença pezar-se nelle, do Tronco onde jará dez dias, pague vinte cruzados, ametade para as obras da Cidade, e a outra para quem o acuzar.

C A P I T U L O XIX.

Postura, que se não peje o Alpendre do Veropezo.

FOY mandado pelos sobreditos, ao Juiz do Veropezo, que o Alpendre não esteja pejado, depois de nelle acabarem de pezar qualquer mercadoria de maneira, que esteja despejado para serviço do pezo, e ponha pena de duzentos reis, àquelles, que despejar não quizerem, a qual executará naquelles, que o não despejarem, como lhes for mandado.

C A P I T U L O XX.

Postura, que na balança do mel do pezo não se peze outra couza.

FOY acordado pelos sobreditos, que na balança do mel de Veropezo, se não peze outra couza, se não o mel para que está ordenado sobpena de dous mil reis, ametade para as obras da Cidade, e a outra para o acuzador. Nuno Fernandes de Magalhaens, concertei este Regimento, e posturas, com as proprias que estão na Camara; e sobre escrevi, e assinei, hoje o redadeiro de Mayo de mil quinhentos e setenta e sette. Nuno Fernandes de Magalhaens.

C A P I T U L O XXI.

Que as mercadorias estejam tres dias no Veropezo.

POndo-se em Meza se haviam de guardar o Regimento do Veropezo geralmente, em quanto diz, que vendedor possa logo vender a quem quizer, e que os compradores depois de compradas as mercadorias de que ali se trata, as tenham tres dias para as vender ao Povo pelo preço que as compraram, ou se havia de limitar nos vendedores do azeite, e mel, conforme as posturas, livro primeiro, titulo dezaséis, postura trinta e sete, titulo dezasete, postura primeira; assentou-se que o Regimento de Veropezo se guardasse geralmente em todas as mercadorias

rias ainda que fosse azeite, e mel, e que as posturas, que o contrario dispunhaõ se não guardallem. A dezaféis de Junho de mil e quinhentos e noventa e dous. Henrique de Souza. André Velho. Jorge Seco. Gaspar Ferrás. André da Siva. Francisco Botelho. Francisco Vellozo. Manoel Pinto Leitaõ.

C A P I T U L O XXII.

Sobre o pezo do affucar.

A Ssentou-se; que a postura do Veropezo, que diz, que quem for pezar fóra de Veropezo, pague vinte cruzados, e dez dias de cadeya, se entenda no mel, e azeite, posto que se entenda por medidas; e que os Estrangeiros, que vierem pezar allucar ao Veropezo para levarem para fóra do Reyno, se tiverem licença da Camara, o carregarem para fóra, e amostrem ao Juiz do Veropezo, os despachará logo, e os não obrigará a estar os tres dias, que se costumão estar, para o Povõ comprar. A vinte de Junho de mil quinhentos e noventa e dous. O Presidente André Velho. Jorge Seco. Henrique de Souza. Gaspar Ferrás. Manoel Pinto Leitaõ. Estevaõ de Freitas. Antonio Homem. Manoel Dias.

C A P I T U L O XXIII.

Sobre o breu de Veropezo.

A OS sette dias do mez de Julho de mil quinhentos e noventa e dous annos, nesta Cidade de Lisboa na Camara da Vareaçam desta Cidade de Lisboa, sendo presentes os Senhores Presidente, e Vereadores, e assim Procuradores da Cidade, e Procuradores dos Mistres della, e Juizes do Crime, e Civil abaixo assinnados, por todos foi assentado, que todas as vezes, que vierem Navios de breu a esta Cidade, pessoa alguma o não atravessê, nem compre sem vir primeiro, a esta Camara donde se lhe dará ordem, que hão de ter no comprar, e vender do dito breu, e licença, com declaração, que quem o contrario fizer, incorrerá nas penas dos Regatoens, e atravelladores; e este se apregoará, e se registará nos livros do Veropezo, e Cazinha da Almotaçaria, para a todos ser notorio. Feito no dito dia. Alvaro de Gouvea o escrevi. Affonso de Torres de Magalhaens o fiz escrever. O Presidente André Velho. Jorge Seco. Henrique de Souza. Joaõ Leitaõ.

C A P I T U L O XXIV.

Sobre estarem as fazendas no Veropezo tres dias mais, além dos tres do Capitulo.

A OS onze dias do mez de Julho de mil seiscentos e dous annos, na Camara da Vareaçam desta Cidade de Lisboa, se assentou pelo Presidente da Camara, e Vereadores, e mais Officiaes adiante assinnados

dos, que por quanto os tres dias, que se n anda eftar vendendo as mercadorias, e mantimentos ra caza do Veropazo, he pouco tempo, se assentou que eſtejam ſeis dias uteis ſem niſſo ſe entender ſanto, nem Domingo, e que aſſim ſe cumpra, e guarde, ſob as penas do Capitulo dos tres dias aos dittos onze de Julho de ſeſcentos e deus. O Preſidente Heronimo Vieira Pinto. Eſtevam Soares. Pedro Barbeza. Francisco Cardezo. Gaſpar Fernandes Ferreira. Luiz Mendes. Francisco de Moraes. Joam da Foncequa. Francisco Rodrigues. Belchior Vicente. Antonio Alves.

C A P I T U L O XXV.

Sobre os terços das fazendas.

A Os quatorze dias do mez de Abril de mil ſeſcentos e onze annos, ſe aſſentou em meza de Vereação por os abaixo aſſinados, que por quanto ſe tinha por informação, que poſto que eſteja baſtantemente provido por poſturas da Cidade, que de todas as couſas, que mantimentos ſoſſem, ou outras quaſquer couſas de que a Cidade tiueſſe o terço, para ſe repartir ao Povo, que vieſſe a caza do Veropezo, ſe não repartia por elle, por não vir à noticia de todos, e outros reſpeitos, ordenaraõ; que daqui em diante o Juiz da ditta caza fizeſſe a ſaber a Camara de todos os dittos mantimentos, e mercadorias, de que ſe houueſſe de repartir o ditto terço ao Povo, para elle mandar, e dar a ordem que pareceſſe mais conveniente para a ditta repartiçam; e aſſim mais mandaraõ, que eſte Capitulo ſe acceſcentaſſe aos mais deſte Regimento do dito Juiz, que elle compria com a obrigação, e pena dos mais Capitulos, que lhe ſão dados deſte Regimento atrás, para o elle cumprir; de que mandaraõ a mim Pedro Vás de Villas boas, que hora ſirvo de Eſcrivaõ da Camara, que o fiz no dito dia, mez, e anno ſobredito. Preſidente. Foncequa. Valle Almeida. Domingos Fernandes. Villas boas. Gaſpar da Silva. Domingos Velho.

C A P I T U L O XXVI.

Sobre o pezo do Terço.

A OS vinte e oito dias do mez de Abril de ſeſcentos e onze; ſe aſſentou em Meza da Vereação por os aqui aſſinados, que para ſe evitarem alguns inconvenientes, que de preſente ha em prejuizo do Povo, e damno dos donos das fazendas, que ſe metem na caza de Veropezo; de ſe receber o dinheiro das dittas fazendas do Terço dellas, que reparte ao Povo; que o Juiz, nem Eſcrivaõ da ditta caza, nem ſeus criados recebam mais o ditto dinheiro, nem mandem q elles pezem as taes fazendas antes ſejaõ pezadas por peſſoas ajuramentadas na fórma coſtumada para darem a cada hum o ſeu, e ferviraõ aos mezes com licença da Cidade; as quaes nam levaram de ſeu trabalho por dia mais, que a cento e vinte reis, e achando ſe que levam mais cada hum delles, ou que pezam ſem a ditta licença, encorreram nas penas das poſturas da Cidade, feitas ſobre cazos ſemilhantes, e Provisoens de Sua Mageſtade,

E

de, feitas sobre isso; e assim mais não fazendo verdade no dito pezo; e o ditto Juiz, e Escrivão, que não cumprirem, em todo este provimento, incorrerão em pena de suspensão de seus Offícios por tempo de seis mezes sem remissão; e sob a mesma pena nam teram potes de azeite para alugar, nem outras medidas, nem tenham criados, nem servidores seus, na ditta caza a ganhar; e mandaram mais, que os assentos, acrescentados do fim d'elle Regimento em diante, se tresladasse no original, que está na Camara, e se fizesse aqui termo de como lhes foy notificado; e assignaram aqui; mandando a mim Pedro Váz de Villas boas, que ora sirvo de Escrivão da Camara, o fizesse, como fiz no ditto dia, mez, e anno sobredito, e por verdade se riscou o assento atrás de folhas trinta e cinco té a folhas trinta e seis, para que não faça duvida. Pedro Váz de Villas boas o fez escrever. O Presidente Foncequa. Valle. Almeyda. Borges. Villas boas. Domingos Fernandes. Gaspar Vieira. Domingos Velho. Nicolao da Graça.

N O T I F I C A C , A M.

A OS quatro dias do mez de Mayo de mil seiscientos e onze annos, em Lisboa por mandado da Camara desta Cidade, fui eu Escrivão a caza do Veropezo aonde a dei a Gaspar de Figueiredo Juiz da ditta caza, a qual notifiquei todo o contheudo, e declarado no assento atrás. O qual lhe li de verbo adverbium, e por elle foy respondido, que requereria sua justiça, como lhes parecesse, e sem embargo da ditta resposta, lhe houve a ditta notificação por feita, de que fiz esta Certidão no ditto dia, mez, e anno allima declarado. Diogo de Seixas a escrevi, e assinei. Diogo de Seixas.

C A P I T U L O . XXVII.

Sobre os Confeiteiros.

A Cordão em Vereação, &c. Deferindo à Petição do Juiz do Veropezo, e resposta dos Confeiteiros, e declarando as Sentenças dadas neste Senado, que andam juntas; mandam, que na conformidade dellas possam os Juizes d'elle Officio repartir pelos Officiaes d'elle o que houverem mistar para vender nas suas tendas pelo meudo, e deste tal se nam dê terço à Cidade; e o Juiz do Veropezo os não obrigue a isso, e comprando-se algum assucar sem assilencia, e repartição dos Juizes, incorrerão nas penas dos atravessadores, e se dará terço à Cidade do tal assucar; e os Juizes, que consentirem aos Officiaes comprar, e levar assucar sem o repartir, incorrerão na pena de sincoenta cruzados; e este despacho se incorporará em seu Regimento, e no da caza de Veropezo, e no livro das posturas da Cidade, e da Cazinha. Em Lisboa a dez de Dezembro de mil seiscientos e trinta e dous. Almeida. Bravo. Diogo da Cunha. Manoel Homem. Rebello. E não diz mais o dito Acordão, que eu Luis de Gouvea Mialheiro, Escrivão dos Autos em que ella está lançada, tresladei aqui bem, e fielmente na verdade pelo assim cõstar do mesmo Acordão. Lisboa dezafete de Dezembro de mil seiscientos e trinta e dous. Luiz de Gouvea Mialheiro.

CAPÍ-

CAPITULO XXVIII.

Este, e os mais, que se seguem são novamente accrescentados.

POr se entender no Senado, que o Regimento da caza do Veropezo, por ser feito em tempo, que as mercadorias, e estillos eraõ muito diferentes dos que hoje entram naquella caza, e se praticam nella, e que por esta causa, e outras, que se representaram, convinha ao bom governo da Cidade, e bem commum, emmendar, e accrescentar em parte o ditto Regimento. Se ordenou ao Procurador da Cidade Antonio Pereira de Viveiros, assistisse na dita caza alguns dias; e nella tornasse com particular cuidado, conhecimento, assim do procedimento dos Officiaes, como de tudo o mais, que conviesse para dar noticia aos Ministros do Senado, e sendo visto por elles, a informaçã, que deu o ditto Procurador, se mandou ajuntar ao ditto Regimento os Capitulos seguintes: os quaes será obrigado o Juiz, e Escrivão da Balança da ditta caza, a guardarem de hoje em diante, assim da maneira, que nelles se contem debaixo das penas, que parecer ao Senado.

CAPITULO XXIX.

Da Visita, que o Vereador do Polouro da Almotaçaria, e Procurador da Cidade são obrigados na caza do Veropezo.

O Primeiro dia de todos os mezes será obrigado o Escrivão da Meza a saber do Vereador do Polouro da Almotaçaria, o dia em que ha de visitar a caza com hum dos Procuradores da Cidade para ter promptos os livros, e feito lembrança de tudo o que se hade propor ao dito Vereador, a que elle pelas informaçoes, que tomar, poderá resolver com o Procurador da Cidade salvo sendo materia, de que seja necessario dar conta no Senado.

CAPITULO XXX.

Da forma com que o Escrivão da Balança deve lançar em livro as mercadorias, que forem a referir na balança da dita caza.

O Escrivão será obrigado a ter hum livro rubricado pelo Vereador do Polouro, ou pelo Procurador da Cidade, para nelle lançar as verbas dos pezos de que se lhe houver de pedir certidão; e assim mais de todas, as mercadorias preciosas, que entrarem na ditta caza, como são, assucar, anil, cravo, marfim, seda, canela, e outras desta qualidade, ou importancia, e ainda que dellas se não hajaõ de pedir certidão, por quanto se pôdem mover duvidas entre as partes, que as mais das vezes são com-

millários, e serlhe de grande damno nam se achar escrito no livro do Veropezo, a certeza do que pezaram as suas mercadorias.

C A P I T U L O XXXI.

Que o Juiz, e Escrivão não tomem pezos sem estarem ambos presentes.

E Por quanto o Escrivão he obrigado mais, que a dar fé dos pezos, se fazem na ditta balança para os lançar em livro; e ao Juiz pertence julgar a certeza delles para deengano das partes, não poderá hum sem outro tomar pezo algum, nem consentir, que se façam sem estarem ambos presentes, e para isso serão ambos obrigados a assistirem ambos juntos nas horas do Regimento; porque deste modo se não faltará nunca ao expediente, e bom aviamento das partes.

C A P I T U L O XXXII.

Que o Escrivão não lance em sua caza verbas de que se lhe baja de pedir certidam.

E Porque de muitos tempos a esta parte estava introduzido lançar o Escrivão em sua caza todas as verbas dos pezos, que se faziam na ditta caza, e nella sómente não fazia mais, que tomalos por lembrança em hum canheinho; o que he contra toda a boa fôrma, e estillo; de hoje em diante irremissivelmente será obrigado alcânçar as dittas verbas logo em se fazendo o pezo em presença do Juiz, e da parte, que pedir certidão della, porque nunca se prezuma, que póde haver engano, com a dilação; nem esquecimento, e fazendo o contrario será suspenso de seu officio pela primeira vez, e pela segunda, nas mais penas, que parecer ao Senado, e perdimento do officio.

C A P I T U L O XXXIII.

Que o ditto Juiz tenha hum livro em que tome por lembrança os mantimentos, que entram na caza.

E Porque o Regimento no Capitulo quarto, ordena, que o ditto Juiz tenha hum livro em que escreva em titulo separado todos os mantimentos, e azeites que entrarem na ditta caza; para se saber; e quantidade, e qualidade delles, e preços; e o dia em que entraõ, e se acabam de vender o que até agora por omissão, ou descuido, se não observava, mandam, que daqui em diante o ditto Capitulo se guarde, assim, e da maneira, que nelle se contem, e debaixo das mesmos penas.

CAPITULO XXXIV.

Da ordem que se ha de guardar com o azeite, que vem à pedra.

E Porque se tem achado, que não está bastantemente remediado com a pena da postura da Almotaçaria, nos descaminhos, que se fazem com os azeites, que dão entrada na Cazinha da Almotaçaria para se venderem na Pedra, mandão, que todo o azeite, que der entrada na ditta Cazinha, para se vender ao Povo, a dem também nesta caza debaixo das mesmas penas da postura, e o Escrivão della não poderá levar mais, que os quatro reis de entrada; e terá particular cuidado o Juiz de procurar certidam da arrecadaçam aos que forem de particular, investigando com toda a diligencia os monopolios, que nesta materia se fazem para todos os caminhos os evitar, e para este effeito poderá obrigar o zelador, que acabar na Meza da Almotaçaria, que todas as sextas feiras lhe leve huma certidão do Escrivão, que com elle servio na Meza para se conferirem as entradas do livro da Cazinha; com as do livro desta caza, e achando, que algum azeite se tem dezencaaminhado poderá obrigar as partes a que logo o ponham na Pedra à venda, e proceder contra elles na fórma das posturas da Almotaçaria, e do seu Regimento.

CAPITULO XXXV.

Em que fórma o Juiz hade receber os mantimentos.

E Porque póde acontecer, que algumas pessoas, que mandam vir arros, ou o comprem nesta Cidade por lhe faltar gasto delle, ou por não ser de boa qualidade, ou pelo venderem por mayor preço; fação vindas fantásticas, e o queiram meter na dita caza, para se vender ao Povo. O Juiz será obrigado quando tiver alguma duvida na bondade, mandar recado aos Officiaes da Saude, para se fazer nelle exame necessario; e quanto ao preço o não admitirá sem certidam jurada do Corretor, em que declare, que esteve presente quando se celebrou a venda da tal mercadoria; e isto mesmo fará em todos os outros mantimentos, que se costumam vender com intervençam de Corretor do numero.

CAPITULO XXXVI.

Sobre o numero dos homens, que haõ de assistir ao pezo da balança, e dos Medidores do azeite.

H Averà na caza finco homens, que assistam ao pezo da balança, e não mais, e estes não poderam levar às partes mais de, e cada hum delles será obrigado a tirar licença do Senado em que se guardará a fórma

fórma, que se tem com os Capatazes do Torreiro, e o Juiz achando que algum não procede como convem, e faz algum descaminho na ditta caza, o poderá logo despedir, e fazer Auto, que remeterá ao Vereador do Polouro da Almotaxaria, e este estillo se guardará nos provimentos dos Medidores de azeite, os quaes não serão cazados com mulheres, que o vendam, e não poderam tratar em azeite, e constando, que cometeram esta culpa, o Juiz os poderá prender, e fazer Auto, que remeterá ao mesmo Vereador.

CAPITULO XXXVII.

Que o Juiz possa de hoje em diante levar os trinta reis da balança pequena do arroz, e do mel, sem lhe ser permitido por sua carta, ou Regimento.

E Havendo respeito a quantia do ordenado, que o Juiz tem, não será que baste para com ella se poder sustentar por ser alvidrada em tempos muito antigos, em que o preço dos vivais, era muito differente, e pela muita assistencia, que deve fazer na ditta caza para bom aviamento das partes, e a este respeito se lhe desstimulava com os trinta reis, que leva de cada huma das balanças pequenas, em que se peza o mel, e arroz, por dia, possa de hoje em diante licitamente levarlos, e por elles poderá obligar as partes, a que lhe paguem como porção que se lhe nomeya com seu officio. Lisboa em Meza dezafeis de Setembro de mil e seiscentos, e sincoenta e oito annos. Manoel Gomes da Silva o escreveu por ordem do Senado.

CAPITULO XXXVIII.

Que não poderá tomar o Juiz mercadoria alguma em quanto estiver dentro na caza, salvo for das cousas de que fica o terço dellas, somente a que houver mister para gasto de sua caza.

E Por quanto daquellas mercadorias de que as partes não são obrigadas a deixar o terço, e somente vão repezar a ditta caza para deenganar do comprador, e vendedor destas taes, não poderá o Juiz tomar cousa alguma, salvo se as mesmas partes de sua vontade lhe quizerem vender a que houver para seu gasto, e constando o contrario notoriamente, o Vereador do Polouro nos dias, que fizer a visita, o poderá logo suspender, e dar conta em Meza. Manoel Gomes da Silva o escreveu no dito dia. Francisco de Valadares Souto mayor. Christovão Soares de Abreu. Antonio Pereira de Viveiros.

Treslado de hum despacho do Senado; sobre o annullamento, que o Juiz ha de levar do vinagre, e mel.

A Crescente-se em Regimento do Juiz do Veropezo, que cada odre de mel, hum vintem, e por cada pipa de vinagre, meyo toslam. Lisboa vinte e quatro de Mayo de seis centos setenta e sinco annos. Com quatro Rubricas dos Vereadores. O Conde Figueiredo. Manoel da Cunha. O Doutor Antonio Villes Caldeira. O Doutor Joaõ Coelho de Almeida. O Procurador da Cidade Luiz Alves de Andrade. Luiz Falcao. Mathias Lopes, Meesteres; e tresladado o ditto despacho como ditto he, entreguei este Regimento ao Juiz do ditto Veropezo, e ao proprio despacho me reporto. Lisboa a dezanove de Agosto mil e seiscentos e setenta e sinco; por certeza affinei, André Leytaõ, sendo tresladado do ditto Regimento, como ditto he, e reformado por ordem vocal do Senado, o qual conferio o Vereador do Polouro, o Doutor Joaõ Monteiro de Miranda, o levei à Meza da Vareação, onde foy affinado pelos Ministros della, André Leitam de Faria, Escrivaõ dos negocios da Camara o escrevi. Lisboa doze de Mayo de mil seis centos setenta e nove, e eu Mendo de Foyos Pereira o fiz escrever. Com duas Rubricas. Pereira. Mello. Domingos Ferreira. Manoel da Motta Franco. Alves Simões.

E he o que consta das dittas posturas, e Regimento. que estam em o ditto livro de que se passou a presente, que affinei. Em Lisboa Occidental a oytto de Março de mil sete centos e vinte e seis annos. Pagou-se desta, e busca dos livros mil e duzentos e trinta reis, e de affinar sincoenta reis. Manoel Rabello Palhares.

E não se continha mais em as referidas posturas, que estam por certidão nos dittos Autos, e a folhas mencionadas, e outro fim em os mesmos Autos, a folhas quatro centas e oytenta e tres, se acha lançada huma Sentença da Rellação a final de que o theor he o seguinte.

SENTENÇA

A folhas 483.

A Cordam em Rellação, &c. Julgaõ por provados os embargos recebidos para effeito de revogar a Sentença embargada, na parte em que declara derogada a postura da Cidade, sobre o direito das varas, pelo Aivará do anno de mil quinhentos setenta e hum; porque por elle só se derogaraõ as posturas da Cidade prejudiciaes à cobrança dos direitos da Alfandega, qual esta não he, e antes, e depois do ditto Alvará, sempre teve observancia; e assim declaram estar a tal postura reformada no anno de mil quatrocentos e settenta, e as outras posteriores, feitas em declaração desta em seu vigor; e conforme a ellas se deve cobrar o direito das varas dos panos de lã, e linho; que se medem às varas, e não de

de outros alguns , nem das fazendas , que se pezam ; porque destas só se pagará , o que pelo Regimento do Veropezo se deve pagar. E posto, que se não pudesse impor este tributo das varas sem authoridade Regia, a qual não apparece, se presume haver precedido, e bastava a sciencia, e paciencia do Principe, e a sua approvação para suprir a nulidade, que a principio interviesse, a qual bem se prova pelo Alvará , a folhas duzentas e setenta e duas, em que se faz menção delle , e dos publicos antigos , e successivos arrendamentos dos direitos das varas, e pezos. Por tanto mandam, fiquem em seu vigor as referidas posturas , e na forma dellas, sómente haverá a Cidade este direito , e fará Regimento , pelo qual os Contratadores o arrecadem , e não mais do que he devido ; e fôram os Reos sómente obrigados a restituir, o que além delle individualemente tiverem cobrado desde o tempo da lide contestada ; no que ham por reformada a Sentença , e paguem os Authores ametade das custas dos Autos ; e os Reos a outra. Lisboa Oriental treze de Fevereiro de mil settecentos trinta e hum. Rego. Alvim. França. Aroche. Fui presente Alves.

E não se continha mais em a ditta Sentença , que está em os dittos Autos às dittas folhas atrás declaradas , e que em todo , e por todo me reporto , e por do referido me ser pedido a presente minha Certidão , por parte do Provedor , e Deputados da Meza do Espirito Santo , e lhe ser mandada passar por despacho , posto em sua Petição retro , em que esta vay principiada , lhe dei , e passei , e fielmente na verdade por mim sobescrita , e assinada em esta Cidade de Lisboa aos nove dias do mez de Janeiro de mil setecentos e quarenta e tres annos. Pedro Antonio Peradiz o sobescrevi , e affinei.

Pedro Antonio Peradiz,

INDEX

DO REGIMENTO DA VARIAGEM.

- C**APITULO. I. *Do que devem pagar os panos de lã, e linbo, que se medem as varas, que vinhão, e vem em tonel, Pagina 4.*
- CAP. II. *Do que devem pagar os mesmos panos, vindos em costal, ou fardo, pag. 4.*
- CAP. III. *Do que devem pagar os fardos, que não chegarem a duzentas varas, p. 5.*
- CAP. IV. *Que deve pagar este direito quem despachar, e a parte aonde, e a forma da cobrança, ficando à sua escolha pagar em especie, ou a dinheiro pela avaliação pag. 5.*
- CAP. V. *Em que se declara a pena, que terá quem não pagar na Alfandega o Direito das varas, pag. 5.*
- CAP. VI. *Que tanto que os donos tiverem pago os direitos das varas que os levem para onde quizerem pag. 6.*
- CAP. VII. *Que o Rendeiro, ou praceiro, ou Procurador será obrigado a assistir na Alfandega à cobrança, e se faltar, tirar rol para a fazer, p. 6.*
- CAP. VIII. *Que as verbas que o Rendeiro tirar para a cobrança deste direito serão assinadas pelo Escrivão, que as passar, pag. 6.*
- CAP. IX. *Que os panos que vierem a despachar à casa dos Sincos, pagarão o mesmo direito, pag. 7.*
- CAP. X. *Que os panos, que deverem direitos das varas, que tiverem avaliação na Panta, se avaliem na forma que dispõem o foral, pag. 7.*
- CAP. XI. *Que o burel, almacega, liteiro, e pano da terra deve pagar o direito das varas, p. 7.*
- CAP. XII. *Que todos os panos que vierem de Castella, de lã, e linbo que se medem as varas, pagarão o direito das varas, p. 7.*
- CAP. XIII. *Que o Rendeiro, ou praceiro, ou Procurador, que assistir na Alfandega, ou casa dos Sincos à cobrança deste Direito, o fará carregar todos os mezes no livro da casa do Veropezo, p. 8.*
- CAP. XIV. *Que do que não cobrar logo na Alfandega, e tirar verba para a cobrança, fará lançar no livro o que cobrar, e não o fazendo pagará aforçado, p. 8.*
- CAP. XV. *Que se esta renda se não arrendar, se porá administrar por na casa do Veropezo, e feitores na Alfandega, e casa dos Sincos, e o dinheiro se entregará ao Thesoureiro da Cidade, p. 8.*
- CAP. XVI. *Que se os Despachadores quizerem pagar em especie, e a forma em que se ha de carregar em os livros, p. 8.*
- CAP. XVII. *Que o Escrivão da casa do Veropezo terá dous livros para carregar os direitos da Variagem, e pezo, p. 9.*
- CAP. XVIII. *Que o Escrivão da casa do Veropezo não levará mais do que levão os Escrivões da Almotaçaria, p. 9.*
- CAP. XIX. *Que andando arrendadas estas rendas se cobrarão pelo Regimento, e foral da dita variagem, e pezo, p. 9.*
- CAP. XX. *Que o Juiz do Veropezo tem obrigação de fazer cumprir o seu Regimento, p. 9.*

INDEX DO REGIMENTO DA CAZA DO MARCO.

- C**AP. I. *Como as naos , e Navios mostrarão as Cartas de seus fretamentos, e o que pagarão dos direitos do Marco.* pag. 11.
- CAP. II. *Postura em que se declara o antecedente.* p. 13.
- CAP. III. *Que as naos, que nesta Cidade carregarem, ou forem carregar fora paguem marco.* p. 13.
- CAP. IV. *Que as naos sobem do Rossello, não paguem, senão tomando carrega.* pag. 13.
- CAP. V. *Que ainda que as naos vam sem carga, despachem.* p. 14.
- CAP. VI. *Que o Escrivão do Marco despache as naos sem bir ao Corregedor.* p. 14.
- CAP. VII. *Que o direito da carga se pague ao Rendeiro do anno de entrada.* pag. 14.
- CAP. VIII. *Que o Escrivão não despache sem o Rendeiro, nem o Rendeiro sem o Escrivão.* p. 14.
- CAP. IX. *Que não se levantem as naos donde esliverem ancoradas sem o fazer a saber.* p. 14.
- CAP. X. *Que havendo dalizas entre o Rendeiro, e os Mestres das Naos, vão ao Corregedor.* p. 15.
- Provizam sobre o Marco.* p. 15.
- Postura terceira do Regimento, que estará na caza do Marco.* p. 16.
- Das diligências q̃ farà o Escrivão do Marco, quãdo as naos vierem.* p. 17.
- Publicação.* pagina 18.
- Petição, e Certidão da Sentença do Juiz dos Feitos da Fazenda em que se manda pagar ao Marco o direito da Variagem sômente da fazenda de lã, e linbo, que se mede às varas.* p. 19.
- Título dos Autos.* p. 18.
- Sentença.* pag. p. 18.

INDEX DO REGIMENTO DE VEROPEZO.

- C**AP. I. *Que haverà hum Juiz na dita caza, e as qualidades, e obrigação que terá.* pag. 25.
- CAP. II. *Que na caza se recolhaõ todas as mercadorias, que a ella pertencerem.* p. 25.
- CAP. III. *Que as mercadorias, que entrarem na dita caza, não fayaõ sem serem peçadas.* p. 26.
- CAP. IV. *Que qualquer pessoa que trouxer à ditta caza mercadoria, a poderá logo vender a quem quizer.* p. 26.
- CAP. V. *Que o Juiz terá hum livro em que assentará as fazendas que vierem ao dito Veropezso.* p. 26.
- CAP. VI. *Quando houver quem queira comprar alguma das ditas mercadorias, o Juiz lhas farà dar pelo mesmo preço.* p. 27.
- CAP. VII. *Que todas as mercadorias, que forem ao Veropezso se ponbaõ logo à venda ao Povo.* p. 27.
- CAP. VIII. *Que o Contratador da ditta renda, não poderá comprar de ditos generos sem licença do Senado.* p. 27.
- CAP. IX. *Que tem obrigação o Juiz de ver como se pezaõ as mercadorias.* p. 28.
- CAP. X. *Que o Juiz alziará o que devem levar os trabalhadores por acarrear as mercadorias.* p. 28.

CAP. XI. *Que o Juiz summariamente fará alimpar a casa, e alpendre estando suja, pelos mesmos que forão causa de a sujarem.* p.28.

CAP. XII. *Postura do que se ha de dar das mercadorias na casa do Veropezo.* p.29.

CAP. XIII. *Regimêto do q haõ de pagar as mercadorias ao Veropezo.* p.29.

CAP. XIV. *Que o mel da Balança pezarà as mercadorias.* p.30.

CAP. XV. *Que os Rendeiros não levem mais, do que dispoem este Regimento quando pezar.* p.30.

CAP. XVII. *Sobre a mceda, que leva o Juiz dos pezos.* p.31.

CAP. XVIII. *Postura, que não pezem mercadorias algumas fóra do pezo da Cidade das quo a elle pertencem.* p.31.

CAP. XIX. *Postura, que se não peje o Alpendre do Veropezo.* p.31.

CAP. XX. *Postura, q na balança do mel do pezo se não peze outra coisa,* p.31.

CAP. XXI. *Que as mercadorias estejam tres dias no Veropezo.* p.31.

CAP. XXII. *Sobre o pezo do assucar.* p.32.

CAP. XXIII. *Sobre o breu de Veropezo.* p.32.

CAP. XXIV. *Sobre estarem as fazendas no Veropezo tres dias mais, além dos tres do Capitulo.* p.32.

CAP. XXV. *Sobre os terços das fazendas.* p.33.

CAP. XXVI. *Sobre o pezo do terço.* p.33.

Notificação. p.34.

CAP. XXVII. *Sobre os Confeiteiros.* p.34.

CAP. XXVIII. *Este, e os mais, que se seguem são novamente accrescentados.* p.35.

CAP. XXIX. *Da Visita, que o Vereador do Polouro da Almotaçaria, e Procurador da Cidade são obrigados na casa do Veropezo.* p.35.

CAP. XXX. *Da fórma com q o Escrivão da Balança deve lançar em livro as mercadorias, q forem a referir na balança da dita casa.* p.36.

CAP. XXXI. *Que o Juiz, e Escrivão não tomem pezos sem estarem ambos presentes.* p.36.

CAP. XXXII. *Que o Escrivão não lance em sua casa verbas de que se lhe haja de pedir certidam.* p.36.

CAP. XXXIII. *Que o ditto Juiz tenha hum livro em que tome por lembrança os mantimentos, que entram na casa.* p.37.

CAP. XXXIV. *Da ordem que se ha de guardar com o azeite, que vem à pedra.* p.37.

CAP. XXXV. *Em que fórma o Juiz hade receber os mantimentos.* p.37.

CAP. XXXVI. *Sobre o numero dos homens, que haõ de assistir ao pezo da balança, e dos Medidores do azeite.* p.37.

CAP. XXXVII. *Que o Juiz possa de boje em diante levar os trinta reis da balança pequena do arros, e do mel, sem lhe ser permitido por sua carta, ou Regimento.* p.38.

CAP. XXXVIII. *Que não poderà tomar o Juiz mercadoria alguma em quanto estiver dentro na casa, salvo for das cousas de que fica o terço dellas. somente a que houver mister para gasto de sua casa.* p.38.

Treslado de hum despacho do Senado sobre o emmalumento, que o Juiz ha de levar do vinagre, e mel. p.39.

Sentença. p.39.

LICENÇA DO SANTO OFFICIO:

EMINENTÍSSIMO, E REVERENDÍSSIMO SENHOR:

POR ordem de V. Eminência vi o Regimento, de que trata esta petição, e não encontrei nelle cousa alguma contra a Fé, ou bons costumes. V. Eminência mandará o que for servido. Convento de S. Domingos 8. de Outubro de 1745.

Fr. Bernardo do Desferro.

Vista a informação, pôde imprimir-se o Regimento de que se trata, e depois de impresso tornará para se conferir, e dar licença, que corra, sem a qual não correrá.

Fr. R. Alencastre. Silva. Soares. Abreu. Almeida. Trigoz.

DO ORDINARIO.

Põe-se imprimir o papel de que se trata, e depois de impresso tornará para se dar licença, sem a qual não poderá correr. Lisboa 11. de Outubro de 1745.

D. J. Arceb. de Lacedemonia.

DO PACO.

SENHOR:

POR ordem de V. Magestade li, e examinei os Regimentos inclusos, da Variagem, Marco, e Veropezo, ordenados pelo Senado da Camara desta Cidade, que pretende imprimir o Procurador da Meza do bem commun, Custodio Nogueira Braga.

Não descubro nos mesmos cousa alguma que encontre as Leys, e serviço de V. Magestade, e porque supposto sejam os primeiros ordenados à imposição, e arrecadação de Direitos, a que se não estende à jurisdição do Senado, não só pela longa observancia, e presença de V. Magestade; mas tambem, por especiaes ordens, e approvações Reaes, ficão authorizados os mesmos Regimentos, e habilitados, por isso, melhor para a execução, que para a censura. Por este titulo não considero inconveniente na sua impressão, antes della resultará grande utilidade ao publico, e particular, não só pelo augmento dos systhemas, mas tambem, porque na multiplicidade das copias, crescerá a noticia, e com ella cessará a transgressão, e o desca-minho, he o que me parece. Vossa Magestade mandará o que for servido. Lisboa 20. de Outubro de 1745.

Manoel de Siqueira e Silva.

Haja vista ao Procurador da Coroa. Lisboa 19. de Janeiro de 1746.

Com duas Rubricas.

Fiat justiça.

Costa.

QUE se possa imprimir, vistas as licenças do Santo Officio, e Ordinario, e depois de impresso tornará à Meza para se conferir, e taixar, e dar licença para correr, sem a qual não correrá. Lisboa 34. de Janeiro de 1746.

Vaz de Carvalho. Carvalho. Almeida.



PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY
